



Orçamento amplia recursos do Minha Casa, Minha Vida



Governo prevê aplicar R\$ 19,33 bilhões na iniciativa habitacional, a maior verba do Programa de Aceleração do Crescimento. Valor é 23% maior que o de 2014

No Projeto de Lei Orçamentária entregue ao Congresso na semana passada, a medida habitacional ultrapassou o setor de transportes como prioridade nos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento. Proposta será analisada inicialmente pela Comissão Mista de Orçamento. **3**

Programa Minha Casa, Minha Vida soma mais de 3,4 milhões de casas contratadas para construção desde o início da medida, em 2009

Para senadora, homens devem concorrer ao Bertha Lutz **2**

Comissão avalia R\$ 50 milhões para empresa do pré-sal **3**

Medidas provisórias perderão validade antes das eleições **4**

CPI Mista da Petrobras ouve ex-diretor Cerveró na quarta

Ex-diretor da área internacional da Petrobras é considerado o principal articulador da compra da

refinaria de Pasadena (EUA), que resultou em prejuízo bilionário para a estatal. Ele já falou à CPI do Senado. **2**



No Senado, Cerveró disse que a compra de Pasadena foi bom negócio

Anistia a grevista da Petrobras pode ser ampliada **3**

Carreira de meio ambiente é sancionada **2**

Maior controle nas contas de candidatos

Proposta permite que informações bancárias, patrimoniais e fiscais sejam acessadas pelo Ministério Público, tribunais e conselhos. **4**

ACONTECEU NO SENADO



Na opinião de vários senadores, a decisão alivia os produtores de álcool

Aprovada MP que aumenta percentual de álcool na gasolina

Medida foi uma das aprovadas no esforço concentrado de votações da semana passada.

Senadores saudaram a aprovação e acreditam que o setor sucroalcooleiro será beneficiado. **4**

Dados Abertos

É simples pesquisar

As informações sobre o Senado também estão acessíveis em Dados Abertos. Esse formato de organização do conteúdo permite a edição dos dados e sua reutilização por qualquer pessoa ou instituição para elaboração de documentos, planilhas, tabelas, entre outros. Os dados podem, inclusive, ser redistribuídos livremente, estando, no máximo, sujeitos à exigência de creditar a autoria e de preservar a licença aberta.

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.

www.senado.leg.br/transparencia



Considerado o principal articulador da compra da refinaria de Pasadena (EUA), que resultou em prejuízo bilionário para a Petrobras, ex-diretor disse no Senado que a aquisição foi um bom negócio para a estatal

Geraldo Magalhães/Agência Senado



Nestor Cerveró fala à Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras do Senado, presidida por Vital do Rêgo, em maio

Nestor Cerveró depõe à CPI mista na quarta-feira

O EX-DIRETOR DA área internacional da estatal Nestor Cerveró deve depor à CPI Mista da Petrobras na quarta-feira, a partir das 14h30.

Ele é considerado o principal articulador da compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), além de ser autor do resumo do contrato apresentado ao Conselho de Administração da Petrobras na defesa do negócio com a petrolífera belga Astra Oil. No documento, Cerveró omitiu as cláusulas Marlim e Put Option.

A cláusula Marlim assegurava à Astra Oil uma rentabilidade mínima de 6,9% ao ano, mesmo em condições desfavoráveis do mercado.

A Put Option, ou opção de venda, obrigava a Petrobras a comprar a parte da empresa belga se houvesse conflito entre os sócios. A Astra Oil fez uso dessa prerrogativa e em 2008, após uma disputa judicial, a Petrobras assumiu o controle total de Pasadena.

Cláusulas

Em depoimento à CPI da Petrobras exclusiva do Senado, em maio, Cerveró disse que não agiu de má-fé ao ter tirado do resumo do contrato

informações sobre as duas cláusulas e nem teve intenção de ludibriar os integrantes do conselho. O ex-diretor da estatal afirmou ainda que a compra de Pasadena foi um bom negócio para a Petrobras.

Cerveró também deverá responder às denúncias publicadas no jornal *O Globo* de que teria doado imóveis a parentes após o caso Pasadena ter se tornado público. Segundo a reportagem, os apartamentos estão em áreas valorizadas do Rio de Janeiro e há registros em cartórios que comprovam as operações.

Sancionada carreira de meio ambiente

Os profissionais do governo federal que atuam na área ambiental no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), no Ministério do Meio Ambiente e no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade contam a partir de agora com um novo plano especial de cargos. A Lei 13.026/2014, que traz essas normas, foi sancionada na quarta-feira e é resultado do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 90/2014, aprovado no

Senado em agosto último.

A carreira de especialista em meio ambiente é composta pelos cargos de gestor ambiental, gestor administrativo, analista ambiental, analista administrativo, técnico ambiental, técnico administrativo e auxiliar administrativo. A legislação traz as funções de cada uma das áreas e os critérios de promoção funcional.

Para a progressão na carreira, será exigido um período mínimo de 12 meses de permanência em cada padrão

e avaliação de desempenho com média superior a 70%. Já para a promoção, a exigência é de resultado no desempenho de 80%. Ao defender a proposta, o Poder Executivo disse que as medidas visam atrair, valorizar e reter servidores com alto nível de qualificação.

A lei cria ainda o Quadro em Extinção de Combate às Endemias, composto exclusivamente pelo cargo de agente de combate às endemias. Esses profissionais são vinculados ao Ministério da Saúde.

Texto permite homens na disputa pelo Bertha Lutz

O Diploma Bertha Lutz, concedido pelo Senado para mulheres que tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos femininos e questões de gênero, poderá ser também conferido aos homens. O PRS 40/2014 altera a Resolução 2/2001, que destina os prêmios exclusivamente às mulheres. A proposta foi protocolada esta semana e aguarda designação do relator na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), autora do projeto, argumenta que os homens devem concorrer ao prêmio por poderem contribuir também na defesa dos direitos das mulheres.

As premiações ocorrem anualmente, em sessão do Senado, durante a semana de março em que se comemora o Dia Internacional da Mulher. Cinco mulheres de diferentes áreas de atuação são agraciadas com o diploma. O Conselho Diploma Bertha Lutz, integrado por um representante de cada partido político com representação no Senado, aprecia as indicações e escolhe as premiadas. O prazo para concorrer vai até o dia 1º de novembro do ano anterior, com o envio de currículo para a Mesa do Senado. Já receberam o diploma a deputada federal Luiza Erundina e a primeira mulher eleita presidente do Brasil, Dilma Rousseff.



Fundadora da Pastoral da Criança, Zilda Arns recebeu a honraria em 2005

Célio Azevedo/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Discursos

14h A sessão será não deliberativa, sem votações, destinada a pronunciamentos.

CDH Maconha

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa promove debate interativo sobre a regulamentação da produção, do comércio e do uso da maconha.

QUARTA

CPI MISTA DA PETROBRAS Cerveró

14h30 Depoimento do ex-diretor da área internacional da estatal Nestor Cerveró sobre compra de refinaria nos Estados Unidos.

QUINTA

CCT Banda larga

8h30 Audiência em São Paulo com representantes das Forças Armadas, do Ministério Público, do Ministério das Comunicações.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin
Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Governo prevê para 2015 investimentos de R\$ 19,3 bilhões no Programa Minha Casa, Minha Vida. É o maior montante do PAC, 23% superior ao previsto para este ano

Orçamento prioriza programa habitacional

DOS SEIS EIXOS que compõem o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa Minha Casa, Minha Vida é o que vai receber maior volume de recursos no ano que vem. É o que prevê a proposta orçamentária (Projeto de Lei Orçamentária Anual — PLOA 2015) enviada pelo governo ao Congresso. Conforme o projeto, o programa terá R\$ 19,3 bilhões para o próximo ano, 23% (R\$ 3,5 bilhões) a mais que o previsto para 2014.

No total, o Orçamento de 2015 reserva R\$ 64,98 bilhões para o PAC, um crescimento de R\$ 1,7 bilhão em relação a 2014. Dentro desse pacote de investimentos, o eixo Transportes vem em segundo lugar na lista de prioridades do Executivo. Rodovias, ferrovias, aeroportos, portos e hidrovias devem ter R\$ 17,5 bilhões, queda de 7% em relação a este ano. Segundo o governo, a redução se deve ao plano de concessões à iniciativa privada em curso.

Ao transporte ferroviário, devem ser destinados R\$ 2,5 bilhões. Parte desse dinheiro deve ser usada na Ferrovia Norte-Sul e na Ferrovia da Integração Oeste-Leste, cujas obras estão atrasadas. Para o modal aeroportuário, são R\$ 2,4 bilhões, que devem ir principalmente para ampliações

e melhorias dos aeroportos regionais.

Em 2015, além dos seis eixos temáticos, a área de defesa também receberá recursos do PAC: serão R\$ 5,4 bilhões. Entre os planos do Executivo, está a aquisição de nove helicópteros franceses de médio porte, a compra de blindados Guarani e o desenvolvimento da aeronave de transporte militar KC-X pela Embraer em parceria com o Ministério da Defesa.

Cerca de R\$ 1 bilhão deve ser usado na aquisição de parte dos 36 caças suecos Gripen, para substituir os antigos e já desativados franceses Mirage. A compra foi fechada pelo Brasil no fim do ano passado ao custo total de cerca de R\$ 10 bilhões, a serem pagos até 2023.

Submarinos

O Programa de Desenvolvimento de Submarinos, da Marinha, e o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, do Exército, também devem ser beneficiados. Integram ainda o PAC os eixos Água e Luz para Todos, Energia, Cidade Melhor e Comunidade Cidadã, que engloba ações nas áreas de educação, saúde, cultura e esporte (veja quadro ao lado).

A proposta da LOA está tramitando no Congresso e será examinada inicialmente pela



Os ministros Miriam Belchior e Guido Mantega (3º à esq.) explicam em entrevista o projeto entregue ao Congresso no dia 28

Comissão Mista de Orçamento (CMO). O relator é o senador Romero Jucá (PMDB-RR).

A Lei Orçamentária Anual fixa as despesas e prevê as receitas do governo para o ano seguinte. É elaborada todos os anos pelo chefe do Poder Executivo, com auxílio do Ministério do Planejamento, do Banco Central, do Ministério da Fazenda e outros órgãos do governo. A Constituição determina que o projeto deve ser encaminhado ao Legislativo até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro (31 de agosto) e devolvido à sanção até o encerramento da sessão legislativa ordinária (22 de dezembro).

Mudança de valores

O Orçamento de 2015 reserva um total de R\$ 64,98 bilhões para o PAC, um crescimento de R\$ 1,7 bilhão em relação a 2014 (R\$ 63,28 bilhões)



Fonte: Secretaria de Orçamento Federal (SOF)



Exploração de petróleo será beneficiada pelas verbas, segundo o projeto

Crédito especial destina R\$ 50 milhões ao pré-sal

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) vota ainda este ano projeto de lei que abre crédito especial de R\$ 50,9 milhões em favor da Justiça Eleitoral e dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes (PLN 4/2014). Depois de examinada pela comissão, a proposta terá de passar pelo Plenário do Congresso.

Do montante, R\$ 50 milhões serão destinados à Empresa

Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural (Pré-Sal Petróleo S.A.), referentes ao bônus de assinatura do contrato da primeira rodada de licitações de blocos exploratórios sob o regime de partilha do Campo de Libra. O relator, deputado Cláudio Puty (PT-PA), votou pela aprovação do projeto de lei.

O restante do dinheiro será utilizado para pagamento de

encargos referentes à contratação de operação de crédito no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o programa de gestão do transporte ferroviário e para despesas com pensão especial de caráter vitalício no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

O crédito especial é uma modalidade de crédito adicional não prevista no Orçamento.

Projeto amplia anistia a grevistas da Petrobras

O período considerado pela Lei 10.790/2003 para a anistia de dirigentes, representantes sindicais e trabalhadores da Petrobras que participaram de movimentos grevistas pode ser ampliado em oito anos. O período, que hoje vai de 10 de setembro de 1994 a 1º de setembro de 1996, passaria para de 1º de novembro de 1992 a 31 de dezembro de 2002.

O benefício consta do PLS 218/2014, em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto também estabelece que o “desligamento

incentivado” deve ser considerado uma forma de demissão.

O projeto é de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos (CDH), que se valeu de leis anteriores que anistiaram servidores grevistas em outros órgãos da administração pública federal e mesmo da Petrobras. O argumento da comissão é de que o período delimitado pela atual legislação foi escolhido de forma “arbitrária”, deixando de fora servidores em situação semelhante. O projeto aguarda relator na CCJ, onde será votado em decisão terminativa.

Proposta pretende criar “SUS da educação superior”

Está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aguardando relator, a PEC 10/2014, de autoria do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), que pretende criar o Sistema Único de Educação Superior. O sistema, que seria integrado por instituições de ensino superior mantidas pela União, estados e municípios, teria a função de coordenar as políticas públicas para essa faixa de educação formal e orientar a distribuição dos recursos para ampliar a oferta de vagas da educação de 3º grau também no interior.

Há no Brasil pouco mais de 7

milhões de estudantes universitários. Estão matriculados em 31.866 cursos oferecidos por 2.416 instituições. Do total, 304 são universidades públicas e 2.112, particulares. Os dados foram divulgados em outubro do ano passado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e significam um aumento de 81% no acesso ao ensino superior entre 2003 e 2012.

A Constituição determina que a educação superior seja responsabilidade da União e os ensinos fundamental e médio, de estados e municípios.

Inácio Arruda lembra que, apesar dessas normas constitucionais, não há impedimentos para que os governos estaduais e municipais ofereçam também ensino superior. “Não se pode negar a importância fundamental das instituições estaduais e municipais na expansão e democratização do ensino superior público”, disse na justificativa do projeto. Segundo ele, a manutenção dessas faculdades sem apoio federal está cada vez mais difícil. Ele cita como exemplo a Universidade de São Paulo, que enfrenta uma grave crise financeira.



Simon (E) é relator da proposta de Cristovam para controle na prestação de contas de candidatos

Senado estuda maior controle de candidatos

Proposta prevê que informações bancárias, patrimoniais e fiscais de quem disputa eleição fiquem à disposição de órgãos de fiscalização, como o Ministério Público Federal

QUEM DISPUTA CARGO eletivo poderá ser obrigado a fornecer — a partir do registro da candidatura — informações bancárias, patrimoniais e fiscais ao Ministério Público Federal, aos tribunais e conselhos de Contas e a entidades da sociedade civil registradas na Justiça Eleitoral.

Esse é o objetivo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 13/2012, de autoria de Cristovam Buarque (PDT-DF). O texto já recebeu parecer favorável do relator, Pedro Simon (PMDB-RS), e está pronto para ser votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

“Essa proposta de emenda à Constituição deixa as informações bancárias, patrimoniais e fiscais dos candidatos à disposição de órgãos e entidades de fiscalização e controle, para que possam examinar mais profundamente a probidade dos possíveis futuros mandatários. Isso ajudaria a identificar candidatos pouco éticos e coibiria a corrupção”, argumenta

Cristovam na justificativa da PEC.

Simon ressalta no parecer que o financiamento de campanhas eleitorais apresenta problemas recorrentes não só no Brasil, mas também nas demais democracias do mundo. Ele observou que a sociedade tem se mostrado atenta a essa questão e exigido uma maior vigilância sobre esses gastos.

“Há uma reivindicação clara da opinião pública por um sistema de controles mais rígido, capaz de aumentar a transparência, de tornar a fiscalização mais eficaz, de prevenir a fraude e de coibir a influência indevida do poder econômico nas campanhas e no resultado eleitoral”, afirma Simon.

Na avaliação dele, a aprovação da PEC 13/2012 poderá aumentar o grau de transparência do processo eleitoral e, assim, permitir a identificação e prevenir eventuais irregularidades nas eleições.

Depois de passar pela CCJ, a proposta vai seguir para dois turnos de discussão e votação no Plenário do Senado.

Mais três medidas provisórias perderão validade até as eleições de outubro

Mais três medidas provisórias perderão a vigência até a retomada dos trabalhos legislativos, depois das eleições. Ao todo, o Congresso deixará de votar seis MPs de julho a outubro, mesmo com as duas semanas de esforço concentrado — três já venceram em agosto e setembro. O calendário eleitoral e o impasse entre governo e oposição sobre o projeto que pretende cancelar a Política Nacional de Participação Social (PDC 1.491/2014) inviabilizaram a votação das propostas.

Apenas a MP que alterou o horário da *Voz do Brasil* (MP 648/2014) chegou a ser aprovada em comissão mista e incluída na pauta do Plenário durante as duas semanas de esforço concentrado. Não foi votada, no entanto,

porque parte dos deputados não concordou com o texto da comissão especial — que tornou regra para as rádios comerciais a transmissão do programa entre as 19h e as 22h, horário especificado pela MP apenas para o período da Copa do Mundo.

Essa MP perderá a eficácia no dia 1º de outubro. Como a Copa do Mundo já acabou, não haverá grandes prejuízos legais, mas as rádios comerciais perderam a oportunidade de ter aprovada a flexibilização do horário como regra.

A MP 646/2014, que facilita o licenciamento de tratores e outros maquinários, perderá a eficácia no dia 23 de setembro e nem sequer teve o relatório apresentado à comissão especial.

A outra medida provisória que perderá a eficácia antes das eleições é a MP 649/2014, que adia até 2015 o início das punições de empresários que descumprirem a lei que obriga a nota fiscal a especificar o valor de tributos pagos.

Em agosto e setembro, outras três medidas perderam a eficácia por conta do calendário do esforço concentrado: a MP 643/2014, que permitia a prorrogação excepcional do mandato do diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) por dois anos; a MP 644/2014, que reajustou a tabela do Imposto de Renda para 2015; e a MP 645/2014, que ampliou o auxílio emergencial para as famílias atingidas pela seca em 2012.

ACONTECEU NO SENADO

Plenário aprova aumento do percentual de álcool na gasolina

Parlamentares destacaram a importância da medida para o setor sucroalcooleiro

Senadores do governo e da oposição elogiaram a aprovação pelo Plenário, na terça-feira, da medida provisória (MP) que aumentou os percentuais de biodiesel no óleo diesel para 6% e de etanol na gasolina para 27,5%. A decisão, que alivia os produtores de álcool, vai à sanção presidencial. A MP estabeleceu ainda que o biodiesel deve vir, prioritariamente, da agricultura familiar.

Para Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), a medida incentiva as usinas, os fabricantes de equipamentos e 70 mil fornecedores de cana. Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou ter se encontrado com

empresários do setor, que defenderam a urgência da alteração. Segundo Waldemir Moka (PMDB-MS), a medida sustenta o preço do álcool.

A mudança também foi elogiada pelo presidente do Senado,

Renan Calheiros, e pelo líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM).

— Essa medida representa uma oportunidade de gerar mais renda e mais emprego, no campo e na cidade — disse Braga.



Mesa do Senado durante sessão que aprovou a MP dos Combustíveis

LIBERADA A VENDA DE INIBIDORES DE APETITE COM ANFETAMINAS

Os inibidores de apetite que contêm anfetaminas, como femproporex, mazindol e neframona na fórmula, poderão voltar a ser vendidos, produzidos, manipulados e usados por pacientes brasileiros. O Senado aprovou na terça o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 52/2014, que suspende uma resolução de 2011, da Agência Nacional de

Vigilância Sanitária (Anvisa), proibindo a comercialização dos medicamentos. A matéria vai à promulgação.

O líder do PT, Humberto Costa (PE), apontou, no entanto, riscos na decisão. O parlamentar advertiu que o Senado se arvorou inadequadamente na condição de expert em inibidores de apetite.

NOVOS CARGOS VÃO QUALIFICAR GESTÃO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 72/2014, que cria 969 funções gratificadas no Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), foi aprovado na terça pelo Plenário do Senado. A proposta cria ainda 384 funções de confiança e 5 cargos em comissão.

De iniciativa do Poder Executivo, o projeto recebeu parecer pela aprovação do relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB). De acordo com

uma exposição de motivos, o objetivo é profissionalizar e qualificar a gestão de instituições públicas, mas também promover uma reestruturação no quadro de pessoal do DPRF. Segundo dados do Ministério do Planejamento, mais de

4 mil servidores ingressaram no órgão por concurso público nos últimos dez anos.

A proposta recebeu apoio de inúmeros senadores, entre eles Waldemir Moka (PMDB-MS), Jayme Campos (DEM-MT), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Casildo Maldaner (PMDB-SC), que ressaltaram a importância da Polícia Rodoviária Federal para a vigilância das rodovias brasileiras.

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, a aprovação da matéria é “justa e meritória”, pois estão sob a responsabilidade da polícia rodoviária mais de 78 mil quilômetros de rodovias em todo o território nacional.

EMPRÉSTIMOS DE R\$ 2,8 BI PARA SP E DF SÃO AUTORIZADOS

Operações de crédito terão garantia da União e recursos serão utilizados em projetos de transporte rodoviário e ferroviário em São Paulo e de desenvolvimento fazendário e saneamento no Distrito Federal.

O Plenário aprovou na terça-feira cinco solicitações de empréstimos para o estado de São Paulo e para o Distrito Federal. Cerca de R\$ 2,8 bilhões serão liberados para essas unidades da Federação, sendo R\$ 2,4 bilhões para SP e R\$ 457 milhões para o DF.

O dinheiro virá do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco Europeu de Investimento (BEI) e do banco Santander. A União se compromete a garantir os empréstimos.

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que os empréstimos concedidos a São Paulo são da maior relevância.

Gim (PTB-DF) elogiou a rapidez da Casa e dos colegas na autorização dos empréstimos.

EXTRAÇÃO ILEGAL DE MADEIRA NO NORTE TRAZ VIOLÊNCIA E CORRUPÇÃO

Crime organizado, máfia, guerra, “madeira lavada com sangue”: o cenário de violência por trás do desmatamento na Amazônia, que desafia o Estado, foi descrito com esses termos pelos participantes do debate promovido pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) na quarta-feira.

Ativistas ameaçados de morte por denunciarem os crimes ambientais foram ao Senado pedir socorro e uma solução para barrar a ação de madeireiros, grileiros e mineradores, que seriam os mandantes dos assassinatos na Região Norte.

Em depoimento emocional, Claudelice Silva dos Santos, irmã do extrativista José Cláudio Ribeiro da Silva, executado em 2011 no Pará, lembrou que ninguém foi preso, o assassino está foragido e as famílias de pequenos agricultores e seringueiros foram expulsas pela polícia militar da reserva florestal onde agora a madeira é explorada.

— O Estado é omissivo. O desmatamento não está diminuindo, estão contando pasto como se fosse floresta. Só este ano, 25 pessoas já foram mortas no Pará. É preciso uma ação rápida para

salvar as árvores e a as vidas das pessoas — cobrou.

O diretor do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (Ibama) Luciano de Meneses Evaristo confirma que “estão enganando os satélites de monitoramento, brocando a floresta por baixo e pintando os tratores de verde para camuflar”. Além disso, os próprios agentes do órgão sofrem ameaças de emboscada e de incêndio das unidades na área.

— É uma terra sem lei, um faroeste — afirmou.